



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental.

Trabalho, precarização e resistência na periferia do capitalismo: a região Norte Fluminense como cenário.

Érica T. Vieira de Almeida¹
José Luis Vianna da Cruz²

Resumo: A mundialização iniciada nos anos 1970, sob o comando do capital financeiro, provocou mudanças estruturais tanto no centro quanto na periferia capitalista, onde os impactos relativos à ocupação, à renda e aos direitos sociais têm sido mais perversos. O Neoliberalismo permitiu o aprofundamento de uma nova DIT, na qual a periferia capitalista se especializa em produtos primários e intermediários, em meio a um processo de concentração de capitais sob a hegemonia do capital financeiro à escala mundial. O capital se articula aos Estados periféricos, com grandes investimentos de fortes impacto socioambiental. Contra esses projetos diferentes movimentos se insurgem na arena pública. Esse processo possui expressão significativa no Brasil, aqui tratado no caso do Norte do ERJ.

Palavras-chave: Mundialização; Capitalismo Periférico; Grandes Investimentos; Resistências

Abstract: Present Globalization, which begun in the 1970s under the command of finance capital, has brought about structural changes both in the center and in the capitalist periphery, where the impacts on labour, income and social rights have been more perverse. Neoliberalism allowed the deepening of a new ILD, in which the capitalist periphery specializes in primary and intermediary products, amid a process of concentration of capital, submitted to finance capital hegemony, on a world scale. Capital builds up links with peripheral States, promoting large investments with strong socio-environmental impacts. Against these projects several movements move in the public arena. This process has significant expression in Brazil, here approached in the Northern RJS case.

Keywords: Globalization; Peripheral Capitalism; Large Investments; Resistance.

Introdução

Localizada no norte do estado do Rio de Janeiro, a mesorregião político-administrativa Norte Fluminense (RNF), compreende, atualmente, 09 municípios: Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, São Fidelis, Conceição de Macabu, S. Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira³. Conhecida historicamente pela monocultura da cana-de-açúcar (desde o século XVII) e, mais tarde, pela produção de álcool, até o final da década de 80, a RNF foi profundamente marcada pelo monopólio da

¹ Doutora em Serviço Social/UFRJ, professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Mestrado Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da UFF /Campos dos Goytacazes, RJ. E-mail: ericalmeida@uol.com.br

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional/ IPPUR/UFRJ, Professor e Coordenador de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da UCAM de Campos dos Goytacazes, RJ. E-mail: jose Luisvianna@uol.com.br

³ Em 1987 a porção norte da região Norte Fluminense se emancipou, recebendo a denominação de mesorregião Noroeste Fluminense.

ação política por parte das elites locais junto às Instituições do Estado, em especial aquelas destinadas ao crédito. Com o advento, no final dos anos 1970, da produção *offshore* de petróleo & gás, a região passa por mudanças significativas e concentradas, com impactos bastante diferenciados. A grande novidade, além do crescimento da taxa de ocupação formal restrita ao município de Macaé – onde se fixaram as instalações, equipamentos e empresas ligadas à exploração e produção de petróleo e gás (E&P) – será representada pelo aumento crescente dos Orçamentos Municipais em função das chamadas rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), cujo *boom* se deu a partir de 1998, com a Lei do Petróleo (de 1997), que acabou com o monopólio da Petrobras na E&P, aumentou as alíquotas correspondentes aos *royalties* e criou as participações especiais. Desde 1998, mais de 30 bilhões de reais foram repassados a esses municípios e, alguns deles, têm figurados entre os maiores PIBs (total e *per capita*) do país.

Mais recentemente, a partir da segunda metade da década de 2000, um conjunto de Grandes Investimentos⁴ está em curso, provocando profundas alterações no espaço regional, com destaque para os investimentos de logística – o megaporto do Açú, em S. João da Barra, vinculado à exportação de minério e de produtos agroindustriais e ao apoio à exploração de petróleo e gás, pertencente ao um Fundo de Investimento americano, o EIG – e de serviços ao Complexo de E&P e ao Complexo Portuário do Açú, na área urbana – hotéis, centros de armazenagem e distribuição, complexos de atacado e de varejo, como shopping centers – através de grandes empresas nacionais e transnacionais. Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, em parcerias com o capital privado, uma vez que se inscrevem na estratégia de inserção subordinada do Brasil na economia internacional. Não podemos nos esquecer de que nas últimas duas décadas, sob os governos do PT, o país chegou a figurar entre as seis maiores economias mundiais, tornando-se um dos maiores exportadores mundiais de produtos minerais e agroindustriais, ou seja, uma estratégia totalmente assentada na reprimarização da economia nacional, que já apresentava profundos sinais de debilidade em virtude das gestões neoliberais anteriores.

⁴ Os Grandes Investimentos, doravante tratados aqui sob a sigla GI, são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

Ainda que a crise internacional de 2008 e a consequente desaceleração da economia mundial que atingiu o país de forma mais dura, a partir de 2014⁵, particularmente com a queda vertiginosa dos preços internacionais do barril de petróleo e da demanda internacional pelas principais *commodities* da pauta de exportações, também tenha afetado em cheio a economia fluminense e os municípios “rentistas” da RNF, não se observa um debate público em torno das necessidades de se repensar o modelo vigente concentrador de renda e de forte impacto no espaço urbano-regional, sobretudo no que se refere às intervenções do grande capital exportador aliado aos fundos de investimento, principais agentes das novas estratégias de valorização do imperialismo (HARVEY, 2013).

A intenção deste trabalho reside em investigar os impactos do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas duas décadas, sob o comando das corporações transnacionais e dos fundos de investimentos e suas derivações, no território fluminense, mais especificamente, na sua porção norte, sem desconsiderar as suas particularidades econômico-sociais e político-culturais e com destaque para os arranjos políticos entre as frações do capital e entre essas e o Estado brasileiro. Esse processo é acompanhado de inúmeras mudanças não apenas no mundo do trabalho, já impactado desde o início dos anos 90, mas, também, no campo da proteção social pública, uma das principais vítimas da mundialização neoliberal, numa clara demonstração de que a destruição da idéia de público e de direitos são os alvos contemporâneos do modelo de acumulação por expropriação (HARVEY, 2013). Não podem ser desprezados, no entanto, os conflitos desencadeados por tais processos e os movimentos protagonizados pelas classes subalternas, no campo e na cidade. Ainda que muitos desses movimentos sejam considerados espontâneos e episódicos, eles traduzem a dinâmica excludente e elitista deste modelo de desenvolvimento. Em síntese, o artigo estimula o aprofundamento do debate sobre “desenvolvimento” ou mais especificamente, sobre os desafios colocados pelo modelo de desenvolvimento neoextrativista (MILANEZ, SANTOS, 2013) e as possibilidades no seu enfrentamento.

Desenvolvimento:

A nova ordem capitalista e a inserção da periferia

⁵ Até então, o Governo Federal implementara um conjunto de políticas anticíclicas, de corte Keynesiano, que conseguiu manter estáveis o crescimento econômico, o consumo, o emprego e a renda, através de estímulos ao crédito popular, de aumentos reais do salário mínimo, do Bolsa-Família, de subsídios a segmentos empresariais e de encomendas de governo ao setor privado. O PAC e o Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida-PMCMV são exemplos.

A crise de acumulação que emergiu nos anos 70 alterou significativamente o padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial, obrigando-o a desenvolver novas estratégias voltadas para o enfrentamento da recessão e da redução das suas taxas de lucro. Dentre as principais alterações destacamos a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com a formação dos grandes blocos econômicos, definindo novas atribuições às nações periféricas, a re-concentração da renda, a concentração e a centralização do capital, as alterações no mundo do trabalho, especialmente no que se refere à gestão da força do trabalho e à flexibilização do padrão de proteção social consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial, a re-ordenação da geopolítica mundial, a redefinição das funções dos Estados nacionais e, por último, mas nem por isso menos importante, a financeirização⁶ e desregulamentação do mercado mundial sob o comando do capital financeiro, representado por suas agências “multilaterais” (BIRD, FMI e OMC). Ao contrário do compromisso de classe keynesiano do pós-guerra, a valorização do capital financeiro não depende do pleno emprego e muito menos de um conjunto de direitos sociais.

Cabe destacar que o processo de financeirização tem deixado seqüelas profundas tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, no que se refere à redução dos custos com a classe que vive do trabalho. Embora em graus e formas distintas, a economia com a redução de postos de trabalho, com o rebaixamento dos salários vem sendo acompanhada por um violento processo de “espoliação dos direitos sociais” (HARVEY, 2013), numa clara demonstração da crise do modelo de cidadania universal construído no período de pós-Segunda Guerra e que figurava como referência para os países periféricos.

Para Harvey, “a relação orgânica entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo”. Ainda, segundo o autor, a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação, já que mesma permite a liberação de um conjunto de ativos, incluindo o barateamento da força de trabalho para que o “excedente de capital possa apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (2013, 118;124). Neste modelo de acumulação por espoliação, o sistema de crédito e o capital financeiro desempenham um papel relevante, comandando o processo de valorização

⁶ Ver: CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

sustentado na superexploração da força de trabalho⁷ e na transferência direta de grandes parcelas da produção para a esfera da especulação. Ao lado da mercantilização da natureza e dos recursos naturais (e sua destruição), avança também o processo de mercantilização dos direitos, com a progressiva privatização dos serviços públicos em áreas até então consideradas como “direitos do cidadão”. Essa espoliação dos direitos vem desconstruindo o que se conheceu como *Welfare State* (no caso dos países de capitalismo centrais) e, também, os frágeis e deficientes sistema de proteção social construídos na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, ameaçado pelos interesses do capital especulativo e sua voracidade em conquistar novas fronteiras.

A adoção, muitas vezes com característica de imposição, de políticas de recorte neoliberal, tem sido assimétrica, entre países que sediam os principais capitais e agentes corporativos, de um lado; e países sem força para traçarem, com autonomia, políticas de integração soberanas na economia globalizada. Os expedientes neoliberais de flexibilização da produção e da circulação de mercadorias, bem como de desregulamentação da economia, da legislação trabalhista e fiscal, dentre outras, promoveram uma DIT radicalizada, em termos das especializações produtivas. Os centros nacionais dos capitais financeiros e corporativos especializam-se em indústrias e serviços sofisticados, de alta densidade tecnológica, na economia “limpa”, em processos “pós-fordistas” e na “economia do conhecimento”, restando à periferia do capital a produção de bens primários e intermediários – minerais, agroindustriais, siderúrgicos, dentre outros; ou, na “indústria suja”, remanescente do fordismo. O aspecto central a ser considerado nessa ordem econômica é que os segmentos estratégicos são controlados por poucos capitais de escala global, que as tecnologias mais importantes para a economia capitalista também estão concentradas, e que os fundos de investimento globais controlam esses segmentos.

Na AL, como consequência desse “cerco” internacional, após governos que, na década de 90, se propuseram a integrar os países de forma subordinada à ordem neoliberal globalizada – desregulando, privatizando, promovendo ajuste fiscal e internacionalizando segmentos da agroindústria e da indústria, o que gerou o agravamento das situações históricas de desigualdade social e espacial – houve uma onda de governos voltados para o que seria a elaboração de um conjunto de políticas “pós-neoliberais” (SADER & GENTILI, 1995), comprometidas com políticas sociais e de transferência de renda, de

⁷O termo superexploração é entendido como a combinação do processo tradicional de exploração da força de trabalho, com a crescente e atual espoliação dos direitos representado pelo projeto do neoliberalismo.

recorte distributivo e com formação de *superavit* comerciais, aumentando da presença do Estado; ao mesmo tempo em que não abandonaram políticas com recortes de ajuste fiscal, para cobrir o *deficit* e pagar os juros da dívida pública. Após um forte movimento de desindustrialização e desnacionalização de amplos setores da economia, com taxas de desemprego elevadas, os chamados governos “progressistas” latinoamericanos adotaram uma política econômica nomeada por eles de neodesenvolvimentismo, centrada na produção de *commodities* minerais e do agronegócio, para exportação. Para Sampaio Jr. (2012, p.685),

ao contrário do que seus ideólogos preconizavam, o neodesenvolvimentismo não foi um aprimoramento do desenvolvimentismo, tem-se na verdade um grande fosso entre as duas épocas históricas, pois a economia política da Cepal “representava a crítica da ordem e a aposta na possibilidade de mudanças estruturais” Existe, portanto, uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser – uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa – e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil.

O Brasil investiu e ainda investe pesadamente em grandes projetos de infraestrutura. Com Fernando Henrique Cardoso, foram implementados os Planos Brasil em Ação e Avança Brasil; nos governos do PT, o PAC I e PAC II, articulado com o PNLT - Plano Nacional de Logística de Transporte, com os Programas de Investimento em Ferrovias, Rodovias e Portos, articulando os capitais nacionais associados, ou subordinados, aos transnacionais. São investimentos comandados de “fora” e voltadas para “fora”, numa lógica que se desresponsabiliza da integração com o território, região e aglomerações urbanas onde se situam as instalações físicas, restringindo ou inviabilizando a regionalização e territorialização dos possíveis benefícios. São portadores de uma visão puramente mercantil e rentista, pela qual “otimizam” os projetos, no sentido da garantia de que nenhum interesse público, social, coletivo, possa comprometer as expectativas das taxas de lucro prometidas pelos investimentos. Sustentam-se em renúncia fiscal, subsídios, omissões e cumplicidades dos órgãos públicos de fiscalização referentes aos danos sociais, trabalhistas, urbanos, ambientais, econômicos, culturais e políticos.

Segundo Chesnais (2001), a crítica histórica dos liberais à intervenção estatal cai por terra em tempos de mundialização. Embora ela nunca fosse real, o Estado está cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas, quase sempre, definindo as regras em favor do capital; seja na política econômica, seja na definição/alteração/eliminação de legislações

ou no enfrentamento violento dos insurgentes. Nesse sentido, destacam-se as reflexões de Giorgio Agamben (2004) sobre o Estado no momento atual. Para ele, o Estado opera em regime permanente de “exceção”, ao arrepio da legislação para garantir as melhores condições de reprodução para o capital. Isto explicaria, em grande parte, a situação de exceção, pela qual o Estado, por ação e/ou omissão, se torna cúmplice de processos de deslocamentos forçados de assentamentos urbanos, rurais e florestais consolidados – favelas e bairros pobres, áreas de produção camponesa e familiar, aldeias indígenas – e de apropriação privada de espaços públicos, provocando danos permanentes e irreparáveis (PEDLOWSKI, 2013). Mas, não é só isso. Esse modelo de intervenção nos espaços regionais e urbanos tem provocado uma agressão, muitas vezes irreversível, ao ambiente natural. Estudos indicam um crescente número de conflitos em torno da terra e do uso da água, dentre outros, associando os impactos socioambientais à expansão da agricultura e da pecuária de corte, à mineração, às hidrelétricas e à exploração de petróleo em áreas de terras altas e no litoral. São milhares de famílias de trabalhadores afetadas. Esse é um dos aspectos do novo regime de acumulação por despossessão ou por expropriação (Harvey, 2005).

Com a crise iniciada em 2008, que reduziu o volume do comércio mundial, quem mais perdeu foram os países dependentes das exportações de *commodities* minerais e agroindustriais, reféns de um modelo de reprimarização da economia. Simplificando, perderam de dois lados: - do lado das receitas, e com relação a um imenso passivo socioambiental e democrático. No padrão de acumulação atual, as cidades têm se transformado num *locus* de valorização do capital, onde os interesses dos capitalistas, em especial dos fundos imobiliários, vem se realizando, preferencialmente, em detrimento dos interesses comuns ou públicos.

Os Grandes Investimentos (GIs) – Conflitos e Resistências.

Os GIs espalham-se por todo o território brasileiro. Compreendem empreendimentos de geração de energia, viários, portuários, minerais, agropecuários, de exploração da floresta, industriais e de turismo. O Estado do Rio de Janeiro é atravessado por GIs viários, portuários, minerais, industriais e de turismo. O Complexo de E&P de Petróleo e Gás foi instalado em Macaé, gerando dezenas de milhares de empregos, na Petrobras - até 1997 detentora do monopólio da exploração e produção – nas demais petroleiras e nas centenas de empresas fornecedoras de serviços e de equipamentos à produção. Até 2012 a produção do ERJ representava cerca de 80% do total nacional. Com a exploração do petróleo da

camada do pré-sal, cuja bacia estende-se ao sul do Brasil, sua participação caiu (agosto/2016), para algo em torno de 55% do total nacional.

Dentre os mais importantes impactos dessa atividade no território destacam-se: i) a concentração espacial das empresas em um só município, Macaé, promovendo uma implosão urbana em um curtíssimo período de tempo, agravando os problemas de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança para a população trabalhadora, e de desigualdade social; ii) a configuração de um enclave econômico, na medida em que não se implantaram atividades industriais a montante e a jusante das atividades locais de E&P; iii) a geração de municípios petrorrentistas, recebedores de ricas rendas petrolíferas, sem apresentar crescimento, integração ou diversificação das atividades produtivas, ou planejamento das suas aplicações; por um lado, esses municípios se tornaram altamente dependentes das rendas petrolíferas, e, por outro, incapazes de desenvolver atividades geradoras de fontes diferenciadas de arrecadação própria; iv) monopólio exercido sobre os recursos existentes e os novos recursos, pelas atividades da indústria extrativa regional de petróleo, mobilizando-os para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento, inibindo outras atividades, no que se poderia classificar como uma nova forma de monocultura; v) os impactos ambientais negativos de grande monta, com elevados prejuízos para atividades econômicas regionais de elevada importância social, como a pesca artesanal, com a restrição das áreas de pesca e a ampliação do perímetro a ela proibido. Cabe às empresas a obrigação de promover projetos compensatórios, mas que só acentuam o fato de que a pesca artesanal regional poderá se tornar inviável, no curto prazo, sobretudo com os novos investimentos voltados para a construção de portos e estaleiros nos municípios da RNF.

Já o Complexo Portuário Industrial do Açú-CIPA é um empreendimento da PRUMO Logística, pertencente ao Fundo de Investimento americano EIG. É um megaporto que pode receber super navios de até 320 mil toneladas de carga. Opera com exportação de minério de ferro, oriundo do estado de Minas Gerais, que chega ao porto através de um mineroduto de 525 km de extensão – considerando o maior do mundo – atravessando 32 municípios de 3 estados; e com apoio às atividades *off shore* de produção da Bacia de Campos. Tem dois terminais, com capacidade para operar com grãos, líquidos e gases, e containeres. Seu Complexo Industrial consiste num Distrito Industrial – vazio – e numa retroárea, com menos de 10 empresas instaladas. No total, abarca o equivalente a 1/3 do município de S. João da Barra. Estão previstas as construções de um corredor logístico

com ferrovia e rodovia, e entroncamentos rodoviários e ferroviários que o tornarão escoadouro de alguns dos principais centros produtores de *commodities* do país.

Dentre os principais impactos negativos que já manifestados encontram-se: i) deslocamento forçado e violento de centenas de famílias de produtores familiares agropecuários tradicionais, de um distrito rural do município, junto ao litoral, para implantação do DI; ii) destruição de lagoas e áreas de restinga destinadas à preservação e proteção; salinização do lençol freático pelo depósito de sedimentos do fundo do mar em terra firme, inviabilizando atividades agropecuárias; iii) inviabilização da pesca, pelo perímetro de operação do porto; iv) semelhante ao Complexo de E&P, configuração de um enclave, uma vez que os portos, contemporaneamente, não interagem positivamente com a cidade e com o seu entorno (MONIÉ & VIDAL, 2006); no entanto, são capazes de exercer um grande poder de atração de força de trabalho – na fase de implantação, com posterior dispensa massiva de trabalhadores – provocando impactos negativos sobre a vida urbana, tais como precariedade dos serviços, problemas de moradia, de segregação socioespacial, de mobilidade, de pobreza e violência, como já constatados em S. João da Barra (PEDLOWSKI, 2013); v) ainda, semelhante ao GI de petróleo e gás, observa-se uma elevada capacidade de mobilização de recursos locais para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento.

A ausência de políticas públicas de ordenamento territorial e urbano agrava a elevada concentração e valorização do solo urbano que ocorre nos municípios, com construção de imóveis voltados para a locação por parte de empresas e de trabalhadores de média e alta renda, elevando os preços dos aluguéis e dos imóveis. Em consequência, promove-se um processo crescente e permanente de deslocamento forçado de assentamentos urbanos de baixa renda, particularmente das favelas, de áreas destinadas à valorização e especulação imobiliária, com a implementação de projetos habitacionais populares cada vez mais distantes das áreas beneficiadas com infraestrutura, como o transporte coletivo, e dos locais de trabalho, dos serviços e do consumo, aprofundando a segregação socioespacial e gerando novas periferias, com o agravamento da desproteção às populações mais pobres, submetidas a regimes de extrema violência. Por outro lado, instalam-se nas áreas recém-valorizadas condomínios residenciais fechados de classes alta e média alta; shopping centers de grandes redes nacionais; hotéis de grandes redes nacionais e internacionais; condomínios verticais voltados para atividades comerciais e para moradia

de renda alta e média alta; equipamentos de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias, de grandes capitais nacionais, e internacionais.

Para Maricato (2013), os processos de valorização imobiliária vêm empurrando, crescentemente, os trabalhadores mais empobrecidos, em direção às periferias das periferias, geralmente espaços desérticos no que se refere aos serviços e bens coletivos, completamente privados de uma sociabilidade pautada nos direitos fundamentais. Segregados em espaços periféricos compostos por trabalhadores empobrecidos e precarizados e marcados pela ausência e/ou escassez dos bens e serviços públicos; afastados das escolas, dos locais de trabalho, dos equipamentos de lazer, de cultura, de saúde, dentre outros, esses espaços tem se transformado em territórios de violência, seja pela ação do tráfico de drogas, seja pela ação da polícia violenta e corrupta, o que é também observado por Rolnik (2016).

As mudanças recentes na RNF impetradas pelo Complexo de E&P e pelo CIPA reconfiguraram as relações sociais no campo e na cidade, em especial, nas cidades de Campos, Macaé e São João da Barra, deixando claras as intervenções públicas a favor dos GIs e dos interesses que eles articulam. Ainda que sejam investimentos de alta monta, não se pode considerá-los “projetos regionais”, uma vez que o território constitui mera plataforma, no sentido instrumental de um verdadeiro trampolim, para negócios de grandes capitais globalizados, cuja dinâmica de acumulação é ditada pelos movimentos do mercado mundial e por decisões de interesse geopolítico externos e estranhos ao território local, regional e nacional, na medida em que são interesses de empresas, empresários e capitais que têm o mundo como território de acumulação corporativa.

Esses GIs tem gerado conflitos socioambientais, protagonizados por diferentes frações das classes subalternas. São catadores de recicláveis do lixão, moradores de favelas e de outras áreas de remoção, pescadores e pequenos agricultores que resistiram, denunciando as injustiças e as relações promíscuas entre empresa e poder público, e construindo alternativas coletivas. Essas experiências de resistência em uma região tradicionalmente marcada pela ação do mandonismo e do clientelismo políticos e, mais recentemente, pelos novos coronéis representados pelos grupos políticos que se apropriam das rendas oriundas do petróleo, contaminaram o ambiente político-cultural regional, construindo algumas alianças locais, regionais, nacionais e internacionais, que não apenas deu visibilidade aos conflitos, como, também, alterou a correlação de forças no cenário local, fazendo com que algumas alternativas fossem possíveis. Nesse sentido, abordaremos duas experiências

de resistência: - a dos catadores de recicláveis de Campos e a dos pequenos agricultores do 5º Distrito de São João da Barra.

A Resistência dos Catadores de Materiais Recicláveis

Embora a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, tenha colocado na agenda pública o fechamento dos lixões para agosto de 2014⁸ e o desafio de criar alternativas de inclusão produtiva para os catadores de recicláveis que sobreviviam da cata de recicláveis nos lixões⁹, em Campos dos Goytacazes o fechamento do lixão foi realizado em junho de 2012, dois anos antes do prazo previsto pela PNRS e sem as contrapartidas de inclusão produtiva apresentadas pela mesma. Na verdade, foram duas as principais motivações de fechamento do lixão: -o processo de concessão do aeroporto local (que ficava próximo do lixão) e do novo aterro sanitário. Localizado a 10 km de distância do aeroporto, o lixão foi acusado, depois de quase 30 anos de existência e nenhum acidente, de ser um perigo ao tráfego aéreo, agora em expansão em virtude da implantação do porto do Açú. Além do tráfego aéreo, o aterro sanitário que substituiu o lixão e que atualmente é administrado pela Empresa Concessionária¹⁰ já estava pronto desde 2011, aguardando o seu fechamento e a negociação com os catadores, que resistiam e se recusavam a aceitar a proposta da Prefeitura, de incluir, como assalariados, apenas 90 catadores¹¹. Além de pressionarem o Executivo municipal, os catadores também acionaram o Ministério Público e a Defensoria Pública, exigindo o cumprimento da nova PNRS, com a inclusão de todos os catadores no Programa de Coleta Seletiva. Esta

⁸ Segundo dados da ABRELPE só 58% dos resíduos domésticos têm destinação adequada, ou seja, 2.500.000 t/dia ainda seguem para lixões e aterros controlados.

⁹ Segundo o MNCR são cerca de 1 milhão de catadores de materiais recicláveis no Brasil, nas ruas e nos lixões. Eles são responsáveis por nada menos que 90% dos recicláveis que chegam às indústrias recicladoras brasileiras, todavia, ainda constituem a parcela vulnerável, desprotegida e não-paga da rica cadeia de reciclagem. Estima-se que, no ano de 2012, coleta, triagem e processamento de materiais em indústrias recicladoras geraram um faturamento de R\$10 bilhões no Brasil e que esse montante tende a crescer (DIAS, W. Mercado de reciclagem investe em expansão. JORNAL DO COMÉRCIO, agosto de 2014. < www. jconline.uol.com.br > Acesso em 17 de maio de 2016).

¹⁰ Desde o início dos anos 90 que o município de Campos dos Goytacazes privatizou os serviços de limpeza pública, contratando os serviços de uma concessionária, neste caso, a Empresa Vital Engenharia Ambiental, do grupo Queiróz Galvão, um dos cinco maiores grupos nacionais no ramo da limpeza pública, do petróleo e da construção civil.

¹¹ No momento do fechamento do lixão havia mais de 400 catadores de recicláveis que vendiam a sua mercadoria para as dezenas de pequenos compradores que comercializavam diretamente com eles no lixão. O fechamento penalizou não apenas aqueles que faziam a cata no lixão, mas, também, aqueles que trabalhavam na triagem para os pequenos sucateiros. Embora as jornadas de trabalho variassem, 80% trabalhavam mais de cinco dias na semana, o que lhes dava, à época, uma média de R\$800,00, acima do salário mínimo nacional em 2013, que era de R\$678,00.

denúncia se transformou em uma ACP (Ação Civil Pública) e teve seu desfecho favorável aos catadores no início do ano de 2015.

A ação do governo local, em resposta aos catadores, foi orientada para a inclusão dos mesmos em programas locais e nacional de transferência de renda e de assistência social temporários, além de cursos de capacitação profissional oferecidos como “novas oportunidades de ocupação” e que foram amplamente recusados pelos representantes dos catadores. Aliás, cabe ressaltar que a inclusão em programas de Assistência Social, sejam eles de transferência de renda ou de capacitação profissional, têm se constituído nas principais respostas do Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias, aos conflitos gerados pelos GIs e que tem acarretado na perda do trabalho e das fontes de rendimentos, como é o caso dos catadores e dos agricultores do Açu. Segundo Mota (2008), esse padrão de resposta por parte dos Estados liberal-periféricos expressa o abandono do trabalho protegido socialmente como estratégia de integração social na periferia do capitalismo.

Desde os anos 2000, a reciclagem apresentada como negócio e não como política pública de conteúdo socioambiental, tem se constituído em uma importante alternativa de valorização. Associada à privatização/mercantilização da política de limpeza pública adotada em quase todos os municípios brasileiros e realizada por cinco grandes corporações, esse setor já acumula ganhos bastante expressivos. Considerado um oligopsônio, ou seja, um mercado concentrado em pouquíssimas empresas recicladoras, a cadeia da reciclagem no Brasil apresenta, em sua base, um imenso exército de trabalhadores precarizados e empobrecidos que comercializam com pequenos e médios sucateiros. Como afirma Mota (2002), os catadores são a ponta de uma cadeia (da reciclagem) que tem início nas ruas e nos lixões, corroborando a constatação de que é por intermédio do trabalho precarizado, mal remunerado, perigoso e insalubre, dos catadores, que a matéria-prima chega às recicladoras, demonstrando que a expansão da reciclagem como negócio nos países periféricos não se deve a uma política de educação ambiental, mas, unicamente, à exploração do trabalho dos catadores.

A intenção de problematizar o fechamento dos lixões no país, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ou MNCR, não significa a recusa da nova PNRS e nem, tampouco, da necessidade de se eliminar os lixões e o trabalho que neles é exercido pelos milhões de catadores e catadoras; ao contrário, constitui uma tentativa de chamar a atenção tanto para a forma como os governos locais vêm tratando os trabalhadores que, historicamente, obtiveram suas rendas com a catação de recicláveis, quanto para as

alternativas aos lixões. Nesse sentido, a ação política do MNCR se direciona para a organização dos catadores, estimulando-os a pressionarem os municípios a colocarem em prática as políticas públicas de inclusão socioeconômica. São experiências de prestação de serviços urbanos ambientais pelas cooperativas e/ou associações de catadores¹², considerando a primazia dos catadores na prestação de serviços da coleta seletiva nos municípios.

Em Campos, o protagonismo dos catadores com o apoio da Universidade, a UFF/Campos, conquistou a formação de quatro cooperativas que, juntas, incluem aproximadamente 120 catadores. Não obstante, as cooperativas vêm se articulando em duas direções: nas negociações com a Prefeitura, que ainda não atendeu às demandas, no que se refere ao contrato com as cooperativas para a realização da coleta seletiva; e nas negociações com os sucateiros/compradores, numa estratégia de comercialização conjunta voltada para o aumento dos preços oferecidos pelos compradores locais.

A Resistência dos Pequenos Produtores Rurais

Centenas de famílias foram expulsas da terra, no distrito rural onde o Complexo Industrial do Porto do Açú-CIPA implantou um Distrito Industrial-DI, sob a forma de condomínio, de propriedade da PRUMO, dona do porto. Após um violento processo de expulsão assumido pelo governo do Estado, através da Polícia Militar, a área foi repassada à empresa, sem atender às demandas relativas aos valores das indenizações e às condições de reassentamento dos produtores expulsos (PEDLOWSKI, op. cit.). A área foi cercada e se encontra vigiada por seguranças privados armados, e os pré-contratos feitos com empresas interessadas em se instalar futuramente no DI rendem quase 200 milhões de reais de aluguel, por ano, à PRUMO.

O Porto, em construção desde 2007, opera há dois anos, com exportação de minério de ferro e com o apoio às atividades *off shore* do Complexo petrolífero. Sua implantação contou com recursos federais e estaduais, isenções fiscais e cumplicidade legislativa e dos Executivos estadual e municipal. O novo Plano Diretor Urbano do município de S. João da Barra reordena o território para os interesses do porto, transformando área rural em urbana e industrial. Seus terminais, ainda não totalmente concluídos, permitirão operar com granéis líquidos e sólidos, e com containeres, com capacidade para os navios

¹²Sobre a discussão acerca do Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU) prestados pelas Cooperativas e Associações de Catadores ver: IPEA. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa. DIRUR/IPEA. Brasília/DF, 2010.

de maior porte hoje existentes no mundo. O minério de ferro que é exportado pelo porto, chega a este através do maior mineroduto do mundo, com 525 km, atravessando 32 municípios de 3 estados, constituindo o Sistema Minas-Rio, sendo Minas Gerais o estado de origem do minério/mineroduto e Rio o destino portuário.

Enquanto GI, este complexo provoca megadesestruturas em toda a cadeia que o envolve. O mineroduto, desde sua origem, é responsável por deslocamentos forçados de populações e pelo desvio das águas dos rios que abastecem os três municípios – para dentro do mineroduto, como o meio que viabiliza o deslocamento do minério, bombeado até o porto – a ponto de comprometer o abastecimento urbano (COSTA & BARCELLOS, 2014). Além disso, a areia retirada do fundo do mar para a construção do canal de navegação foi alocada de forma inapropriada em terra firme, provocando a contaminação do lençol freático, salinizando grande parte do solo rural, inviabilizando a agropecuária local. A delimitação do perímetro do porto, no mar, afastou os pescadores dos pesqueiros tradicionais, causando danos irreparáveis às atividades dos pescadores artesanais do maior porto pesqueiro da região. Finalmente, a expulsão dos pequenos produtores para a implantação do DI, exterminou a produção agrícola local, que, em alguns produtos, representava o maior volume do estado (COSTA & BARCELOS, op. cit.; BARCELOS, 2014). O movimento de resistência e luta dos pequenos produtores rurais ameaçados ganhou o mundo. Conta com o apoio da Universidade, principalmente da UFF- Universidade Federal Fluminense, mas, também de diversos movimentos sociais locais, estaduais, nacionais e internacionais. A mobilização envolveu um conjunto de entidades, dentre elas, outras Universidades; sindicatos de trabalhadores; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação de Produtores e Imóveis do Município de São João da Barra (ASPRIM), Associação de Geógrafos do Brasil, dentre outros. Enquanto um empreendimento de porte mundial, ganhou publicidade ampla, sendo tratado em diversos seminários e encontros nacionais e internacionais sobre os impactos dos GIs sobre camponeses, índios e outros. No entanto, exatamente por essa dimensão e porte, não conseguiu evitar a expulsão da quase totalidade dos agricultores, reassentados em condições precárias e inviáveis para a retomada dos patamares produtivos das antigas condições de reprodução. Aqui, foi ainda mais forte o entrelaçamento entre os governos nacional, estadual e local; os órgãos do judiciário, do legislativo e executivo, às diversas escalas; as lideranças,

mídia e elites, às diversas escalas; e os grandes capitais envolvidos no empreendimento, de escala global.

Considerações Finais:

Nos casos de resistência aqui apresentados, entrelaçam-se elementos de apropriação por despossessão (HARVEY, op. cit.), do Estado de Exceção (AGAMBEM, op. cit) e do rentismo, com renda da terra apropriada por espoliação de pequenos produtores tradicionais de alimentos. Aparentemente, o processo de modernização tecnológica, de “destruição criativa”, funciona aqui só no elemento destrutivo, recriando a cada momento processos semelhantes ao de acumulação primitiva, pelo qual são “recuperadas” terra e força de trabalho, pela despossessão e destituição dos saberes dos trabalhadores, progressos às atividades dos GIs, para a recriação das condições primárias de reprodução ampliada do capital. Trata-se de uma faceta do permanente processo de destruição de ativos pelo capital, para recompor suas condições de acumulação, revalorizando recursos fundamentais para sua reprodução ampliada (HARVEY, 1990). Nesse sentido, ganha centralidade na cena política e também nas investigações o enfrentamento dos conflitos protagonizados por frações das classes subalternas, na perspectiva da democratização dos espaços públicos e da vocalização dos interesses dos subalternos.

Referências:

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARCELOS, E. (org.). et al. **O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/Minas Gerais. Disponível

em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1TWm6pWlzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit> RBCS>. vol.23, n. 67, jun. 2008, p.66-191.

BRASIL. Política Nacional de Resíduo Sólidos (PNRS). **Diário Oficial**, Brasília/DF, Poder Executivo, 2010.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade: In: HARVEY, D; MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David (2005). **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. Social register**. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>>.

MARICATO, E. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILANEZ Bruno, SANTOS, Rodrigo S. P. dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista de Pós-Graduação Ciências Sociais**. v.10, n, 19, jan./jun. 2013.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia. **Cidades, Portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. Rio de Janeiro, 2006.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEDLOWSKI, Marcos A (2013). When the State Becomes the Land Grabber: Violence and Dispossession in the Name of ‘Development’ in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, vol. 12, n. 3, pp. 91-111. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/lag/summary/v012/12.3.pedlowski.html>>.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, out./dez., Cortez, São Paulo, 2012.